



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ÊNFASE  
EM LINGUAGEM CODIGOS E SUAS TECNOLOGIAS**

**JOSE LUIS RODRIGUES MUNIZ**

**A ATUAÇÃO DO FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: ações  
dirigidas aos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Campus  
Universitário de Abaetetuba**

**ABAETETUBA/PA  
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ÊNFASE  
EM LINGUAGEM CODIGOS E SUAS TECNOLOGIAS**

**JOSE LUIS RODRIGUES MUNIZ**

**A ATUAÇÃO DO FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: ações  
dirigidas aos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Campus  
Universitário de Abaetetuba**

Trabalho apresentado a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo com ênfase em Linguagem Códigos e suas Tecnologias sobre orientação da Profa. Dra. Eliana Campos Pojo.

ABAETETUBA/PA

2018

**JOSE LUIS RODRIGUES MUNIZ**

**A ATUAÇÃO DO FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: ações  
dirigidas aos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Campus  
Universitário de Abaetetuba**

Trabalho apresentado a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo com ênfase em Linguagem Códigos e suas Tecnologias sobre orientação da Profa. Dra. Eliana Campos Pojo.

Em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ronaldo Lopes de Sousa  
FADECAM/UFPA/Abaetetuba

---

Profa. MSc. Lina Glauca Dantas Elias  
FAECS/UFPA/Abaetetuba

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Eliana Campos Pojo  
FAECS/UFPA/Abaetetuba  
Orientadora

## SUMÁRIO

1 RESUMO

2 INTRODUÇÃO

3 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

4 SOBRE A EDUCAÇÃO E OS POVOS DO CAMPO

5 SOBRE O FORUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO TOCANTINA II-  
FORECAT-II

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

**Título: A ATUAÇÃO DO FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: ações dirigidas aos cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Campus Universitário de Abaetetuba**

**Resumo**

O artigo discorre sobre a Educação do Campo, focalizando a atuação do movimento social Fórum Regional de Educação do Campo (FORECAT II) em relação ao processo de implementação das turmas de Licenciatura em Educação do Campo no Campus Universitário de Abaetetuba, especialmente tratando da formulação e efetivação desta política educacional. Nesses termos, buscamos analisar como os atores responsáveis atuam para a efetivação dessa formação superior buscando com isso, adentrar nas contribuições, anseios, diálogos e visões acerca da educação do campo na Região do Baixo Tocantins. Detidamente, a pesquisa ensejou sobre o tema junto de egressos da Licenciatura de Educação do Campo da área da Ciências Naturais (PROCAMPO) turma de 2011 e da turma de 2017, lideranças-membros dos Movimentos Sociais no FORECAT, professores, lideranças do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STTRA) Lideranças do Movimento dos Ribeirinhos das ilhas e Várzea de Abaetetuba (MORIVA) lideranças da colônia Z-14 de Abaetetuba e demais participantes. O estudo teve por base análise de documentos históricos retratando a ação desses movimentos além de entrevistas acerca de visões deste sobre a educação do campo. Após a recolha de alguns dados e da análise ponderamos que através das intensas e recorrentes discussões e ações por parte de alguns representantes do (FORECAT II) e de estudantes, são pontuados avanços significativos, entre estes, o aumento de turmas de Licenciatura em educação do Campo no Campus, a organização e criação da Faculdade de Educação do Campo entre outros aspectos, o que não exime a necessidade de um debate mais abrangente e orgânico sobre a Educação do Campo na região tocantina em suas interfaces políticas e culturais, envolvendo os diversos segmentos envolvidos, sejam organizações e movimentos sociais, sejam instituições públicas ligadas a educação e produção rural.

## **Introdução**

Vivemos em uma sociedade plural e contraditória, cujos objetivos político-ideológicos são diferenciados e na maioria das vezes nos levam a uma realidade de negação de valores e, sobretudo uma enorme desvalorização do ser humano, seja no aspecto social, político ou religioso. Nesse sentido, desafiar-nos a discutir as ações dos movimentos sociais torna-se importante pelas suas reações contrárias de sociedade excludente, onde os direitos são negados e sucumbidos da prática social, isto é, a vida humana não é a prioridade.

Tal realidade social é parte dos dilemas e desafios de muitos movimentos sociais e, particularmente sou um dos participantes, atuando por alguns anos na militância junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba bem como sou estudante do curso de Licenciatura em Educação do campo, por isso estive motivado e instigado a discutir a a educação do campo como parte dos meus aprendizados acadêmicos e, de finalização do referido curso.

Assim, o presente estudo focaliza o aprofundamento e análise das ações do FORECAT II no âmbito do curso de Licenciatura em Educação do Campo, buscando fazer uma reflexão de como está se desenvolvendo a política de educação do campo no Campus da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba. Até porque como estudante pude vivenciar muitos dilemas presentes no curso e, também, reitero a importância dos movimentos sociais quanto a garantia e reação diante deste ensino para e na região.

Para a produção do artigo além dos estudos bibliográficos focalizando ideias sobre Movimentos Sociais, os sentidos e diferentes contextos da Educação do campo e os pressupostos político-ideológicos ditados no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Assim, buscamos fazer a leitura e compilação de documentos oficiais do FORECAT II; realizar entrevistas com lideranças dos movimentos sociais e, especialmente com integrantes do FORECAT II, enquanto balizadores para a construção deste texto.

Os Movimentos Sociais caracterizam-se como espaços coletivos, os quais se organizam para reivindicar e efetivar ações de interesses comuns (BEZERRA NETO, 1999). São espaços de socialização política, pois permitem que cada indivíduo tenha o aprendizado de como se unir, organizar e criar uma identidade social, a partir da consciência participativa e com base em interesses coletivos e de grupo.

Esses movimentos estão sempre na busca de melhores condições de vida para o povo. A exemplo, os trabalhadores rurais de modo geral, estão em luta pela busca de melhorias na qualidade da educação pública, principalmente por uma educação do e no campo. Tratam-se em suas reivindicações por melhorias nas escolas e por um ensino de qualidade. Lutam por reforma agrária diante da desapropriação de terras improdutivas e, as destinem aos assentamentos rurais evitando assim conflitos e até mortes de trabalhadores rurais, além da luta pela impunidade no caso de mortes desses trabalhadores. Lutam, ainda, pela garantia das terras e povos tradicionais, que cotidianamente estão sendo invadidas e invadidos pelos grandes projetos, como a da construção de portos e ferrovias, expulsando da terra os colonos sem nenhuma perspectiva de vida.

O Fórum regional de Educação do Campo – FORECAT II, constitui-se um importante marco no processo de organização e diálogo sobre políticas educacionais específicas de Educação do Campo, sem contar de suas outras demandas e lutas. A atuação do fórum visa aproximar os atores envolvidos, buscando atribuir caminhos para a constituição de políticas capazes de responder aos grandes desafios que no momento apontam para a formação educacional do campo.

### **O processo de constituição dos Movimentos Sociais**

Diante das mudanças significativas existentes no país, principalmente nas décadas de 70 e 80, em que o autoritarismo erguido pelo Governo Militar teve sua hegemonia devido à crise do setor produtivo, os movimentos sociais começaram a se organizar e fazer as primeiras manifestações a nível do estado brasileiro, principalmente no ABC paulista, onde se concentrava as maiores iniciativas nessa frente popular daquela época.

Fora a contraposição e a crise do setor produtivo tais movimentos reivindicavam também outras demandas, entre elas: a luta pela anistia, o fim da Ditadura Militar, a luta pela Reforma Agrária etc. Tais lutas e enfrentamentos derivavam de articulações das principais centrais sindicais e confederações existentes no país, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Central Geral dos Trabalhadores - CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, além de partidos políticos de esquerda: o Partido Comunista do Brasil - PC do B, o Partido Socialista Brasileiro - PSB, que hoje a sua ideologia esta mais voltada a direita e o Partido dos Trabalhadores – PT, partidos que naquele momento tinham em suas bases ações de cunho formativo, político e ideológico movido pelo popular.

Esses empreendimentos fizeram com que as organizações se fortalecessem e criassem outros segmentos de resistência social, foi o caso do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, articulado com diversas entidades, como: as prelaças da região, hoje as Dioceses, as CEB's - Comunidades Eclesiais de Base, as ONGs - Organizações não-Governamentais, os Sindicatos entre outros. E, através desses segmentos da sociedade civil organizada, muitas mudanças positivas aconteceram na região, solidificando a luta e a afirmação identitária dos povos tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais etc) assim como o direito a educação diferenciada, a qual está propagada como Educação do Campo, aspecto que detalharemos a seguir.

Os movimentos sociais no Brasil têm sua história marcada pelos grandes embates políticos realizados contra os governos autoritários, embates estes que sempre se caracterizavam nas lutas pela liberdade e pela democracia principalmente na década de 70 e parte da década de 80, em que essa ideologia movia milhões de mentes e corações através dos Movimentos Sociais no país, tudo isso movido pelo um sentimento de mudança.

Nos anos 90 o Brasil passava por um modelo de desenvolvimento que trouxe muitas mazelas ao país, desde o impeachment de Fernando Collor de Mello até o modelo de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) formalmente assentado na política neoliberal, o qual realizou o sucateamento de todos os aparelhos estatais, as privatizações, o desrespeito dos trabalhadores e trabalhadoras de diversos setores da sociedade, o desemprego, o alto índice inflacionário, o sucateamento do serviço público nas áreas de saúde e educação. Em suma, um governo que não reconhecia os movimentos sociais como importante agente político da sociedade, ao contrário estava sempre ao lado das elites brasileiras e internacionais, em nome do capital privado, sem se dar conta dos problemas sociais e do povo que vivia e ainda vive à margem de um bem viver.

As lutas dos movimentos sociais não são em vão, sempre se deram pela busca da democracia, e o sonho de um governo que esteja na direção dos direitos humanos e por isso, firma-se o ideário popular de alguns movimentos Sociais ainda é na direção das demandas sociais e econômicas das classes menos favorecidas. .

Apesar de alguns governos eleitos democraticamente pelo povo como: Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, vivenciamos um período em que se faz imprescindível a radicalidade da participação popular, pois desta forma acreditamos poder pautar propostas de “um governo” cujas

práticas sociais e ideológicas estejam alinhadas com o crescimento cultural e político para o bem de todos e todas. De uma democracia cuja participação seja contínua e ativa dos brasileiros e, assim, tal vertente possa colocar o bem público deste território a serviço de todos e todas e, não o avassalador condicionamento ao capital estrangeiro e assentado no desenho social atual que evidencia o alto índice de corrupção presente.

O fato é que baseado em um novo formato de organização e objetivos, os movimentos começaram a se multiplicar no país, sempre ensejando a garantia dos direitos sociais e conseqüentemente a efetivação de políticas públicas. Encabeçavam como princípio fundante a organização ideológica e social, contrapondo-se a um sistema conservador que se colocava naquele momento no Brasil e a maioria das capitais aderiram esse grande movimento, que sacudiu o país de Norte a Sul. Foi neste clamor, que nas décadas de 70 e 80 os municípios da Região do Baixo Tocantins<sup>1</sup> começaram a se organizar frente aos grandes problemas da região, sempre impulsionados pelo exemplo de luta nacional. Como exemplo, entre as lutas podemos destacar a problematização dispensada ao modo como foi instalada a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no município de Tucuruí nos anos 70 e do complexo Industrial Albrás/Alunorte, no município de Barcarena, nos anos 80.

Ao modo das demais regiões do país, a região tocantina sempre esteve lutando contra o modelo de desenvolvimento que até então é posto para ela, dito pelos governos brasileiros e empresas estrangeiras cuja promessa é de progresso e geração de emprego e renda; de melhoria dos serviços sociais, mas que na prática não tem se visto mudanças e convivemos com um enorme retrocesso social a nível local.

Faz-se importante frisar que os discursos de alguns governos e das empresas vai na direção de convencer o povo de que a realidade regional mudaria, mas o que presenciamos é o acirramento de muitas mazelas sociais como a prostituição infantil, o trabalho escravo, a fome, a miséria, o desemprego, as drogas, a falta de qualidade nos serviços públicos etc. Esses movimentos sociais começaram a se organizar partindo então do contraponto aos interesses do capital e defendendo o interesse do povo.

---

<sup>1</sup> Esta região é composta pelos municípios de Abaetetuba Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarape-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, cujas localidades e/ou comunidades residem agricultores familiares, pescadores, servidores públicos, aposentados, além dos que são funcionários das empresas do complexo industrial Albrás/Alunorte e do complexo de extração de palma: Agropalma, Biovale e a Maborges. Fonte: Perfil Territorial, Baixo Tocantins-PA.

Com base nesses cenários sociais e políticos, a região começou a se organizar, partindo da boa relação entre os municípios que a compõe, tomando como foco que os problemas são aproximados e até os mesmos. Pautado em suas lutas, nas décadas 70 e 80 começam a dar os primeiros passos no processo de organização das entidades, articulados principalmente com a igreja católica, a qual detinha o trabalho das comunidades eclesiais de base com um maior amadurecimento sobre as questões sociais, além de possuírem a infraestrutura para reuniões e o pessoal para as articulações. Dessa forma, por meio das ações das igrejas, os eventos ocorriam por condução delas até porque em alguns momentos tais eventos aconteciam às escondidas pois se vivia o combate da ditadura militar e todos os seus meandros<sup>2</sup>.

Nesse período histórico na região os movimentos sociais tinham em suas bases uma militância forte e atuante, no entanto enfrentavam o poder de articulações de várias ordens e naquele momento já conviviam com o engessamento dos governos cuja estratégia era a de desmobilizar as ações e os interesses do povo. Diante desse cenário cria-se e cresce com militância de luta a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional)<sup>3</sup>, somando-se a igreja católica, elas tiveram um papel importantíssimo na retomada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na região, atuando principalmente na educação dos direitos dos trabalhadores rurais e, incentivando a filiação nos sindicatos para que tivessem um número considerado de pessoas nas assembleias gerais da entidade quanto ao construto social e ideológico por parte das lutas e reivindicações dos trabalhadores do campo e, de modo geral, dos direitos sociais para o povo dessa região. Esta ação militante de tomada do

---

<sup>2</sup> Segundo relatos do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba, Sr. Elias Kempner, no ano de 1981, com o julgamento e a expulsão dos padres Franceses Aristildes Camio e Francois Gouriou do Brasil pelo regime militar, durante um ato público em Belém, que ocorreram primeiro na igreja da Trindade e, posteriormente, na igreja das Mercês, todas as lideranças que participaram foram fotografadas e tiveram seus nomes fichados pela polícia federal, inclusive o seu nome. Ele, não somente vivenciou episódios dessa natureza como conhece lideranças que foram presas durante esse período como: Gileno Serqueira Soares Palmeira, funcionário da FASE e sua Esposa Rosa Palmeira, funcionária do CEPEPO (Centro de Comunicação e Educação Popular); José Maria Tavares e sua esposa Vera Lucia Marques Tavares, funcionários da FASE; Isa Cunha, funcionaria da FASE, esposa de Humberto Cunha que foi vereador de Belém e deputado estadual (Entrevista realizada em 07/12/2017).

<sup>3</sup> A FASE é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 1961 cuja sede encontra-se no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente atua em seis estados brasileiros, com o foco epistemológico e prático de seu trabalho ligado ao associativismo e cooperativismo, mas devido ao Golpe Militar de 64, fez com que novos rumos fossem definidos. Assim, a resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. Fonte: <https://fase.org.br>. Acessado em 18/08/2017.

poder, de conhecimento ideológico e de sensibilidade social estava se contrapondo aos ditames de alguns ditos “pelegos”<sup>4</sup>.

Com os sindicatos sobre a organização e militância dos trabalhadores, foi então a vez da retomada da FETAGRI (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Pará) que na época era do Estado do Pará e Amapá. Um marco, pois pela primeira vez uma Federação era administrada dentro de sua legitimidade, além de ser administrada por trabalhadores rurais.

A partir da grande mobilização das lideranças constituídas e em marcha, novos sindicatos e movimentos sociais partiram para o mesmo embate político e social, defendendo os interesses da sociedade, além claro de defender o interesse de sua categoria, entre os quais podemos citar:

- ✓ o SIMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Pará, que na região teve destaque por sua atuação forte, aguerrida e luta pelos direitos dos trabalhadores-funcionários das empresas ALBRÁS e ALUNORTE, bem como outras empresas terceirizadas;
- ✓ o SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará, o qual fez na região várias mobilizações de massa, exigindo melhores condições de trabalho, infraestrutura e qualidade para as escolas, sem contar na luta pela melhoria dos salários dos profissionais da educação;
- ✓ o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem, fez várias audiências públicas na região com as empresas gestoras da UHE (Usina Hidrelétrica de Tucuruí), com vistas a reparação de danos causados pelos impactos da barragem decorrentes da hidrelétrica;
- ✓ MOPEPA - Movimento dos Pescadores do Estado do Pará, ajudou a organizar as colônias de pescadores, além de ajudar com que estas fossem gestadas pelos pescadores artesanais;
- ✓ a AMIA - Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba, foi fundamental na articulação e formulação de projetos comunitários visando a melhoria na qualidade de vida dos ribeirinhos, além de servir como exemplo para a região;

---

<sup>4</sup> O termo pelego foi popularizado durante a era Vargas, nos anos 1930. Imitando a Carta Del Lavoro, do fascista italiano Mussolini, Getúlio decretou a Lei de Sindicalização em 1931, submetendo os estatutos dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Pelego era o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois, o termo voltou à tona com a ditadura militar. Pelego passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado sindicalismo marrom. A palavra que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões. Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/pelego>. Acessado em 16/08/2017.

- ✓ o SERMTAB - Sindicato dos Empregados Rurais, antes sindicato dos assalariados rurais. Atuou prioritariamente para a organização dos trabalhadores das principais<sup>4</sup> empresas de extração de óleo de palma na região, principalmente pontuando os acordos coletivos de trabalho visando melhores condições de trabalho, além da luta pela garantia de saúde, redução de acidentes, melhoria das condições de alojamentos e moradias para as famílias dos funcionários dessas empresas. As principais empresas de extração de óleo de palma no Pará são: o CRAI (Companhia Real Agroindustrial S/A), hoje AGROPALMA, no município de Tailândia, a MARBOGES agroindústria S/A, instaladas no município de Acará e no município de Moju e, a BIOPALMA, atualmente presente em quatro polos: Acará, Concordia do Pará, Moju e Tome-Açu<sup>5</sup>.
- ✓ o STTRA - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba, diz respeito a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com vistas ao processo de garantia de direitos previdenciários e sociais, aos associados assim como o fortalecimento e luta na política da Agricultura Familiar, da Educação do Campo, dos Territórios quilombolas e Assentamentos rurais do estado e da união. Diz respeito, ainda, a valorização e o reconhecimento junto as outras instituições em relação a contraposição dos grandes problemas sociais e ambientais causados pelas empresas instaladas na região, além do amplo debate de outras questões sociais existentes<sup>6</sup>.

Essas entidades vem cada vez mais se organizando e difundindo a participação popular no âmbito da Educação do Campo, seja no processo formativo dos indivíduos quanto a função política através dos fóruns com suas respectivas agendas de reuniões, plenárias, seminários; seja atuando como disseminadora da Educação do e no campo. Por meio das ações dos movimentos sociais se evidencia a realidade social e educacional, cuja visão está mais assentada na educação do povo e, através desta visão as instituições promovem uma participação aguerrida e de valorização da região, além do mais seus fazeres pedagógicos estão embebidos do próprio cotidiano, acentuando uma prática pedagógica e educativa dos movimentos sociais que problematiza e faz o enlace com os

---

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.agropalma.com.br/acessado> em22/08/2017<http://www.marborges.com.br> Acessado em 22/08/2017.

<sup>6</sup> Podemos citar, a das mulheres que fossem sócias do sindicato e não fossem dependentes do marido, pois na época somente homens poderiam ser sócios da entidade; também por Aposentadoria Rural, Salário Maternidade, Auxílio Doença, Auxílio Reclusão. Entre tantas outras lutas, atuou em parcerias com os cursos técnicos o IFPA (Instituto Técnico Federal do Pará/Campus de Abaetetuba) além da emissão da carta de pertencimento para os cursos de Educação do Campo no Estado. Fonte: Arquivos do STTRA.

saberes tradicionais, com os diversos apetrechos utilizados como instrumentos de trabalho promovendo dessa forma um modo de educação informal, pela atuação concreta de lideranças de tais movimentos e, que auxiliam na expansão de uma prática de educação do campo cuja direção é a produção cultural do povo. Estes tem sido o papel dos movimentos sociais na região tocantina, a de lutar e a batalha contínua para que camadas da sociedade enxerguem a educação do campo enquanto instrumento de transformação social. Assim, os movimentos com a maioria de suas lideranças sem nenhuma formação acadêmica, vão pensando e reconhecendo um tipo de educação para os seus filhos, para filhos e agricultores, lavradores, pescadores, peconheiros etc. Em outros termos, as articulações entre tais entidades promovem uma atuação por direitos sociais, atuação que de alguma forma emanam processos educativos para suas lideranças e para as pessoas que participam. Fazem existir um protagonismo educacional no âmbito do seus fazeres, cujo modo de agir ajudam na sedimentação da educação do campo na região.

### **Sobre a Educação do Campo e os Povos do campo**

A educação rural no Brasil, por motivos políticos, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalados pelos jesuítas, e a interpretação política-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (LEITE, 1999).

Ao analisarmos esse panorama discriminatório e desigual, na trajetória histórica educacional das populações rurais ou do campo, percebe que desde a década de 1930 busca-se uma educação do campo, onde os protagonistas sejam os movimentos sociais e os próprios sujeitos do campo.

O surgimento de expressão e movimento por uma Educação do Campo encontra-se datado no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional, realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.

As discussões de preparação da I Conferência iniciaram-se em agosto de 1997, logo após o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em julho daquele

ano, evento em que algumas entidades desafiaram o MST a levantar uma discussão mais ampla sobre educação no meio rural brasileiro, fazendo naquele momento a sua contestação (ARROYO e FERNANDES, 1999).

E, de fato a educação do campo está “em marcha” convivendo entre contradições, avanços e desafios diante da construção de suas políticas públicas. Muitas vezes ainda é tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Em contrapartida, existe todo um movimento nacional que atua e promove na prática cotidiana dos territórios do campo, a promoção de uma educação para os povos do campo, cujo currículo não esteja centrado na polaridade cidade-campo, conhecimento-saber, deslocado das necessidades e da realidade do campo, ainda que não seja a totalidade das ações e de organização em todos os espaços sociais do Brasil, ou seja, há cenários de utopias reais sendo construídos pelos protagonistas, os povos tradicionais e seus parceiros de lutas.

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica. É urgente discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil (SOUSA; REIS,).

Durante o processo de resistência no período da ditadura militar, a partir dos anos 80, várias organizações da sociedade civil, principalmente aquelas ligadas a educação popular, colocaram em sua pauta a educação do campo, levando em conta a construção de um sistema de educação que dialogasse com as especificidades socioculturais, seus direitos e a vivência do homem do campo. Nesse processo destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o movimento Eclesial de Base (MEB).

Houve muitas lutas e, atualmente há desafios quanto ao fortalecimento da educação do campo. Podemos constatar é uma realidade, muito embora com avanços que ainda estão por vir, um devir. A educação do campo encontra-se em construção, é um processo

contínuo, pois há que se considerar a diversidade brasileira, regional e local. Há que se considerar as experiências singulares de cada lugar, os contextos sociais próprios para que possamos consolidar coletivamente ações educacionais eminentemente enraizadas culturalmente nos saberes e práticas do campo.

Os movimentos sociais têm um papel importante na formulação de políticas públicas para e do campo em que cada vez mais buscam juntos a esfera municipal, estadual e federal para a implementação de tais políticas. Nesse fazer, tem sido desafiante pautar o indivíduo que vive no campo com sua rica apropriação cultural, geográfica, ideológica e social. Uma realidade totalmente diferente de quem vive nos centros urbanos, dada as muitas tradições, costumes, suas formas de lidar com a terra, enfim valores que podem servir de âncoras ao processo educacional, no sentido de ser uma educação do campo com currículo próprio, em que respeite as especificidades do lugar e valorize os sujeitos.

É importante ressaltar que estes movimentos populares tem um engajamento forte de militância na questão da educação popular e trazem consigo a experiência de uma sólida formação política, por vezes nos tempos atuais perdida. Eles focam em suas formações uma educação que produza conhecimentos abrangentes sobre um outro modelo de sociedade, não deixando aprisionar-se em um sistema totalmente burocrático. No dizer de Freire (2001, p.16):

Educadores e grupos populares descobriram que a educação popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância, refletir, portanto, a sua capacidade de mobilização em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa se interessa em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua consciência.

Como síntese, podemos dizer que foi a partir da realização de tais eventos (suas lutas, agendas coletivas e ações integradas e localizadas nos territórios) em prol da Educação do Campo, que as vozes dos Povos e Comunidades Tradicionais foram se fazendo ecoar.

Sobre os povos, vale dizer que segundo o decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, em seu artigo 3º, no parágrafo 2º, eles são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

No Brasil existe uma grande sociodiversidade entre os povos e comunidades tradicionais, entre estes estão:

Povos e comunidades tradicionais: Indígenas e quilombolas;  
 Populações agroextrativistas: seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu;  
 Grupos vinculados aos rios e mar: Ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros;  
 Grupos associados a ecossistemas específicos: Pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros;  
 Grupos associados a agricultura e a pecuária: Faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes-campeiros, fundo de pasto, vaqueiros, trabalhador rural, camponeses, lavrador, agricultor familiar (CRUZ, 1999, p.597- 599).

No caso da região do Baixo Tocantins convivemos com grupos distintos, articulados, fronteiros das águas, das terras, das várzeas, das matas, dos ramais e das estradas entre outros cenários situados pelos próprios sujeitos. Nessa direção estão sendo chamados como os ribeirinhos, assentados, peconheiros, extrativistas, quilombolas etc.

Diante deste cenário diverso e geograficamente múltiplo é oportuno frisar que alguns desses grupos são atendidos no contexto da Educação do Campo, principalmente quando se menciona a região do Baixo Tocantins, os quais possuem valores cultural, étnico, social, religioso entre outros, com características próprias. Assim, passamos a detalhar alguns destes povos.

No caso do município de Abaetetuba, parte da região do Baixo Tocantins (nordeste paraense), localiza-se a 155 Km da capital Belém, cuja população está estimada em 153.380 habitantes (IBGE, 2017), sendo que 82.950 habitantes vivem na área urbana e 58.104 habitantes vivem em contextos rurais. Este contexto rural do município é pulverizado na cidade em localidades que estão situadas nos ramais, nas estradas e nas ilhas. Nas setenta e duas ilhas, constam de uma população de 43.000 habitantes e, nas trinta e cinco comunidades de estradas e ramais, formam uma população de aproximadamente 30.000 habitantes<sup>7</sup>.

Diante desse contexto vamos identificar alguns dos povos identificados, destacando algumas características no município, dentro de seus subsistemas. No caso na região do Baixo Tocantins, de modo geral, várias lideranças dos movimentos sociais utilizam o termo subsistema para diferenciar várzea e terra firme; ilhas, estradas e ramais.

---

<sup>7</sup> Fontes: Paróquia São Paulo e CPT-Região Guajarina; MORIVA (Memorial Teórico Fotográfico, Organização, Lutas, Desafios e Conquistas, Abaetetuba, 2016, p.09).

Os Ribeirinhos: são assentados de reforma agrária que estão dentro dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAES), regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). São moradores de ilhas com habitações às margens dos rios, igarapés e furos e, atuam em diversas modalidades de trabalho que os situam-se como agricultor familiar, lavrador, rabeteiros, barqueiros, funcionário público etc.

Destacam-se nesse grupo identitário e territorial os pescadores, àqueles que utilizam da pesca artesanal como meio de sobrevivência, no qual para essa atividade eles utilizam apetrechos de pequeno porte como: matapis, anzóis, redes, espinhéis, barcos de até cinco toneladas. Formam um quantitativo aproximado de 10.000 pescadores e, desses, há um contingente de 7.954 que encontram-se vinculados ao seguro defeso<sup>8</sup>.

Os Quilombolas: são homens e mulheres remanescentes de quilombos, cujo território é de uso coletivo. Em Abaetetuba existem uma população situadas nas ilhas, ramais e estradas<sup>9</sup>.

É importante frisar que esses povos possuem em comum a forma de atividade para a sustentabilidade familiar. No caso da região das ilhas uma das características é a condição territorial e geográfica cunhada pelas águas e suas marés, sendo o modo de locomoção, o trânsito comercial e de trabalho instado e movido pelo cotidiano dos rios e seus derivados, as marés, as áreas de areia, as praias, as beiradas. Devido a sua aproximação com o espaço-tempo das águas e dos rios, por sua condição ambiental e de área de várzea, em sua maioria, uma de suas lideranças assim o definiu “Somos gente, somos ilhas, somos água, somos vegetação (CPT, 2006, p.25).

Esses mesmos povos que estão em Abaetetuba estão com outros e distintos modos de vida em outros lugares do Brasil. Sobre isso, o Dicionário de educação do campo reconhece e identifica-os como Povos e Comunidades Tradicionais, quais sejam:

Quilombolas: homens e mulheres negros Africanos e Afrodescendentes, o qual fugiam das fazendas escravistas e se refugiavam em outras unidades de produção, onde a principal base de produção eram destinados

---

<sup>8</sup> Seguro defeso é uma assistência financeira temporária concedida aos pescadores profissionais artesanais que, durante o período de defeso são obrigados a paralisar a sua atividade para preservação da espécie. Para ter direito o pescador deve comprovar que exerce a pesca de maneira ininterrupta, seja sozinho ou em regime de economia familiar. Fontes: <http://www.previdencia.gov.br/segurodefeso>. Acessado em 26/07/2017 e Colônia de Pescadores Z-14 de Abaetetuba.

<sup>9</sup> No caso das ilhas são as seguintes comunidades: Acaraqui, Assacu, Arapapuzinho, Genipuba, Alto Itacuruça, Médio Itacuruça, Baixo Itacuruça, Tauera-Açu, e Moju Miri e, na região de estradas e ramais estão presentes nas seguintes comunidades: Ramal do Bacuri, Piratuba, Caeté. Fonte: Associação das comunidades remanescentes de quilombo das ilhas de Abaetetuba (ARQUIA).

preferencialmente a subsistência, seja na agricultura, pesca, caça, coleta de frutos, e outras formas de extrativismo.

Ribeirinhos: São populações tradicionais que têm suas vidas inseridas num modo peculiar de viver, trabalhar e construir saberes, este modo de vida é marcado por uma cultura diferenciada, caracterizada principalmente pelo contato com as águas, terras e floresta que residem nas proximidades dos rios e igarapés e tem como forma de subsistência a pesca artesanal, a agricultura familiar, o artesanato, o extrativismo, além de outras atividades complementares (p.648).

A educação brasileira sempre teve inúmeros problemas, principalmente por estarmos em um país eminentemente diverso e geograficamente plural, onde se distancia muito uma região da outra, e também por outros fatores que, no caso dos povos tradicionais, culminou com a precarização da educação dos povos “rurais”. Problematizá-la é uma exigência para o poder público e demais instâncias de pesquisa, muito embora se reconheça que muitos avanços já se deram, mas a muito a ser feito, principalmente na Amazônia paraense, onde estão situadas questões centrais que envolve a produção da vida atravessada pelas matas e florestas, que constituem-se de territórios com profundas sinalizações de desigualdade social e econômica.

No município de Abaetetuba a educação se assemelha em muitos aspectos do cenário paraense e brasileiro, embora haja questões peculiares. A Educação do Campo, tomando a realidade social e política perpassa por um contexto sumariamente complexo que ainda não se atingiu e, ao mesmo tempo, vem paulatinamente qualificando referencialmente suas ações, assim dispõe-se em um movimento contraditório no que tange a efetivação de políticas educacionais para o povo do campo.

Situá-la mesmo que de forma aligeirada nos parece pertinente, pois algumas mudanças ocorreram a nível da região do Baixo Tocantins, tais como por exemplo: aumento do quantitativo de escolas do campo, criação de coordenações da Educação do campo pelas Secretarias municipais de educação, criação de fóruns municipais entre outros. A nível do município de Abaetetuba houve a criação da coordenação de Educação do Campo na Semec, cuja finalidade é a atuação em programas, projetos, eventos e assessoramento pedagógico voltados a especificidade do contexto rural. Também, intensificam a ação de formação continuada a partir de um processo contínuo junto aos professores que atuam nas escolas do campo. São vários momentos de diálogos envolvendo a educação das águas e da floresta, as quais destaca-se:

a) o desenvolvimento do Programa Projovem Saberes da Terra organizado sob a perspectiva metodológica da pedagogia da alternância. Trata-se de uma escolarização a

nível de qualificação profissional destinada a jovens agricultores familiares e, também, de lideranças dos movimentos sociais que não concluíram o Ensino Fundamental, abarcando moradores da região ribeirinha, de estradas e ramais. O programa visa garantir o acesso e a permanência a uma parcela da população historicamente excluída do processo educacional e, com ênfase para um currículo que respeita as características territoriais, produtivas e culturais dos povos do campo.

b) A ação de formação de educadores das ilhas. Tratou-se de uma parceria entre o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e educação do campo - GEPESEED da UFPA e a SEMEC/Coordenação de Educação do Campo, através do projeto de pesquisa e extensão Travessias que tinha como objetivo desenvolver estudos e o assessoramento aos profissionais da educação diante do desafio da construção do Projeto político pedagógico de aproximadamente 83 escolas das ilhas. Esta ação validou um processo histórico-cultural de escrita da história local, além da valorização dos saberes tradicionais.

No entanto, são alterações ínfimas diante dos problemas que diariamente estão postos para estudantes, famílias e para o poder público, dentre os quais destacamos: ausência de recursos estruturais, pedagógicos, metodológicos para uma melhor funcionalidade das escolas do campo; transporte escolar deficitário; a superlotação em alguns anos do ensino fundamental, inclusive com destaque a falta de controle social por parte do povo e dos conselhos legitimados para este fim; falta de formação continuada mais dirigida as demandas e situações da educação do campo. Ainda é pouco eficaz o modo de valorização aos profissionais da educação, a gestão da qualidade na alimentação escolar, na maioria das vezes invisibilizando os produtos oriundos da agricultura familiar conforme consta em legislação própria, uma sólida formação continuada aos profissionais para atuarem no campo e na educação do campo, a ausência de controle social e o acompanhamento aos programas educacionais voltados as especificidades do campo.

Em se tratando do Ensino Superior em 2005 ocorreu os primeiros passos da Educação do Campo no Baixo Tocantins, mais precisamente no município de Abaetetuba, onde várias entidades<sup>10</sup> se organizaram e através da política dos assentamentos de reforma

---

<sup>10</sup> Além das entidades mencionadas, houve participação direta da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Colônia de Pescadores Z-14 de Abaetetuba, Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz - Ilhas de Abaetetuba e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que atuaram incisivamente nos debates a nível do Pará e da região ajudando na mobilização e encaminhamentos para a Educação do Campo ganhar força e lugar social nos governos e nos contextos rurais.

agrária, lutaram e propuseram junto a Universidade Federal do Pará/Campus de Abaetetuba (UFPA), um curso articulado política e ideologicamente a realidade do campo. Partindo dessa luta, foi aprovada a primeira turma de alunos oriundos do campo, através do curso intitulado Pedagogia das Águas, implementado pelo Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária (PRONERA), e concebido através da parceria entre a UFPA e os movimentos sociais representantes de Povos Tradicionais, o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA), a Comissão da pastoral da Terra, Região Guajarina (CPT) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETAFRI).

O referido curso teve como objetivo a qualificação de professores que atuam nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), Nossa Senhora do Livramento na ilha Tabatinga e São João Batista na ilha Campompema, no município de Abaetetuba, sendo os dois primeiros assentamentos criados na região do Baixo Tocantins pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ressalta-se que esse curso foi fundamental para a sedimentação de outras propostas de cursos de nível superior para a região e outras, ainda que a nível de pesquisas carece de uma análise aprofundada de seus impactos nas escolas ribeirinhas e suas respectivas comunidades<sup>11</sup>. No entanto, observamos que existe um processo de aprimoramento e convencimento junto aos envolvidos com a educação do campo (instituições de ensino, movimentos sociais e de pesquisa) quanto ao diferencial político e pedagógico de desenvolver a educação do campo. Do ponto de vista dos movimentos sociais alguns de seus representantes (lideranças) afirmam que está em processo de mudança na prática educativa de muitas escolas situadas no campo, principalmente a diminuição do nível de evasão escolar, graças a formação dos professores a partir de cursos superiores específicos como a Licenciatura em Educação do Campo<sup>12</sup>.

Partindo dos desafios e da experiência com o curso de Pedagogia das Águas, a avaliação dos movimentos sociais foi a de insistir com outras graduações que favorecessem as populações do campo. Nessa ótica, foi então que a partir do ano de 2011, ingressou a

---

<sup>11</sup> Atualmente encontra-se em fase de estudo os egressos deste curso Pedagogia das Águas, cuja pesquisa e formação situa-se a nível de Pós-Doutorado é de autoria da professora e pesquisadora Vivian da Silva Lobato, do Campus Universitário de Abaetetuba – UFPA.

<sup>12</sup> Cabe ressaltar que a nível do PARFOR - Plano de ações articuladas formação de professores da Educação Básica, também estão sendo formados a nível superior um quantitativo significativo de docentes que atuam na Escola Básica na Região do Baixo Tocantins pela UFPA, pela Universidade Estadual do Pará – UEPA e pelo Instituto Federal do Pará - IFPA.

primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo no Campus Universitário de Abaetetuba pela UFPA, vinculada ao Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que atende um público mais heterogêneo. Esta turma contou com a efetiva atuação do FORECAT II, no processo de formulação do Projeto Pedagógico do curso e do seu acompanhamento no que tange ao acesso e permanência dos estudantes e, quanto a dinamicidade do currículo almejado.

Nesse mesmo ano iniciam as primeiras aulas desta turma, em uma escola no município de Moju e junto das ações acadêmicas surgem os desafios a serem superados. Por parte dos próprios alunos houve a reivindicação da atuação dos movimentos sociais e de apoio do FORECAT II, que naquele decidiu transferir o curso definitivamente para o Campus de Abaetetuba.

Foram sessenta (60) alunos oriundos dos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarape-Miri e Moju com a oportunidade de qualificação em formação docente, visando formar educadores para a docência nas séries finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na modalidade de Educação de jovens e adultos, divididos em três áreas de conhecimento: de Linguagens Códigos e suas Tecnologias, Ciências Naturais e Matemática. Esta turma constituiu-se em sua grande maioria por discentes oriundos da área rural, ou então de pessoas que estão de alguma forma tinham vínculos com o campo, como professores da rede municipal de ensino que atuam no campo, lideranças comunitárias, lideranças dos movimentos sociais, agricultores, pescadores, quilombolas etc.

Durante seu andamento houve algumas avaliações com a participação do MEC, em que se avaliou positivamente o curso. Do resultado e dos ajustes quanto ao andamento da experiência com a licenciatura em educação do campo, a UFPA lançou edital específico para esta formação em 2012 com ênfase na formação em Ciências Naturais. Dessa vez, com a organização acadêmica no sistema regular houve uma certa resistência dos movimentos sociais por entenderem que estava havendo uma inversão na lógica do curso de Educação do Campo, pelo fato desta turma não ter passado por um processo seletivo especial, e muito menos pelo conhecimento e discussão do FORECAT II.

Ao fazer uma breve reflexão desta turma avaliamos que muitas coisas fluíram positivamente para o amadurecimento do curso dentro do Campus, e a importância da forma de articulação para implementação dessa turma e com os estudantes e, de como os movimentos sociais se organizaram para que esta formação acontecesse. No entanto, é oportuno afirmar que ainda faltou por parte dos movimentos, a indicação dos egressos em

uma maior aprofundamento sobre o caráter da militância voltada a educação do campo e aos povos tradicionais e suas lutas coletivas, haja visto que essa modalidade de ensino tem que ser debatida na própria sala de aula, e que na maioria das vezes, faltou esse debate mais acalorado e até radical em termos dos princípios da qualidade educacional desejada para a educação do campo, a nível da região e até no Brasil. Como estudante do curso, pondero que inexistente por parte da própria academia um debate mais abrangente desta educação embora as constantes formas de dar visibilidade. Ainda carecemos, a nível da Região do baixo Tocantins, de empoderamento e força militante, a qual de alguma forma ‘marca’ e legitima o lugar e a luta da educação do campo.

Nesses termos, ainda carregamos vestígios de uma educação urbanocêntrica e única, com traços marcantes de modalidades de graduação, mesmo sendo notório alguns passos importantes que foram dados, a partir da contribuição das organizações sociais e das intuições de ensino e de pesquisa. Vemos novos horizontes surgindo no processo educacional regional bem como o ‘grito’ pelo atendimento de outros cursos voltados ao meio rural. Assim, são contradições e processos que movimentam e mobilizam as entidades e as organizações sociais e, no caso do FORECAT II, ele encontra-se legitimado a atuar por meio de discussões de pautas específicas, de reivindicações e intervenções quanto a educação pública no Baixo Tocantins e, em especial, nas demandas e políticas educacionais dos povos do campo a nível do ensino superior.

## **2 - Sobre o Fórum Regional de Educação do Campo Tocantina II - FORECAT II**

Segundo regimento interno do FORECAT II, art.1º, o Fórum

Constitui-se numa articulação de Instituições de Ensino, Instituições de Pesquisa, Órgãos Governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional, entidades da Sociedade Civil e Movimentos Sociais da Sociedade, que compartilham princípios, valores concepções política pedagógicas comuns sobre a Educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade social para todos/as os/as cidadãos/as da Região Tocantina II, particularmente os Municípios de Abaetetuba, Acara, Barcarena, Concórdia do Pará, Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri, Moju e Tailândia sobretudo para as populações do campo, aqui entendidas como: Agricultores Familiares, Indígenas, Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Pescadores e Assentados (Regimento FORECAT. art. 1º).

Também, são objetivos que dirigem as suas intervenções:

Articular a Sociedade Civil e o governo, a fim de discutir, propor e implementar ações educativas que atendam às necessidades da região, respeitando as especificidades das populações camponesas, com a

participação dos Movimentos sociais, fortalecendo assim a Educação do Campo, Municipal e Estadual;  
 Elaborar, implementar, fortalecer e consolidar, Políticas Públicas Educacionais, voltadas para as Populações do Campo, comprometidas com o Desenvolvimento Rural, com Sustentabilidade Econômica e Ambiental;  
 Sugerir ações em defesa da educação do campo em nível: Local, Estadual, Regional e Nacional;  
 Realizar troca de conhecimentos, em diversas experiências, além de implementar ações voltada a educação do campo com foco no desenvolvimento Rural Sustentável.

O nascimento do fórum ocorreu em um encontro de secretários municipais de educação, em março de 2006, no município de Igarapé-Miri, na Região Tocantina II, foi proposto pelo representante da UFPA<sup>13</sup> que noutro momento se colocassem em pauta a educação do campo e a criação de um fórum de educação naquela região. Assim, através do empenho das instituições envolvidas (de pesquisa, da sociedade civil e movimentos sociais) a partir de fevereiro de 2007 quase sempre no Campus Universitário de Abaetetuba, começaram as reuniões para sua implementação e desenvolvimento de ações voltadas à educação do campo. Posteriormente, houve uma assembleia com os municípios envolvidos, movimentos sociais e entidades parceiras, onde foi deliberada a realização do I seminário da Mesorregião da Tocantina II<sup>14</sup>. Devido ao êxito do evento e os avanços na discussão da educação do campo, o resultado foi a criação do Fórum Regional de Educação do Campo Tocantina-II, denominado (FORECAT II).

Atualmente, a composição do Fórum regional de educação do campo encontra-se assim representada: membros de Instituições de Ensino, Pesquisa, Órgãos Governamentais, Entidades da Sociedade Civil e Movimentos Sociais da região Tocantina-II, que constam das seguintes instituições e organizações sociais: Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA); Universidade Estadual do Pará (UEPA); Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras em educação Pública do Pará (SINTEPP); Secretarias Municipais de Educação; Federação Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras em agricultura (FETAGRI); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; (STTR) e o Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba.

<sup>13</sup> Estava como representante, o Prof. Dr. Afonso Wellington de Souza Nascimento.

<sup>14</sup> Ocorreu nos dias 26 e 27 de abril de 2007, no Centro de Treinamento e Tecnologia Alternativa Tipiti, na localidade de Murutinga, em Abaetetuba, com o tema, Educação do Campo: saberes e Perspectivas no Baixo Tocantins. Estiveram presentes representantes de secretarias municipais de educação, de entidade da sociedade civil organizada, de órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa, professores, estudantes, agricultores, assentados de reforma agrária, quilombolas. Fonte: <http://educampoparaense.com.br>. Acessado em 14 de agosto de 2017.

Com base nas demandas da educação do campo dos municípios e das proposições do próprio Fórum várias ações desde sua criação foram desenvolvidas, dentre as quais destacam-se:

- ✓ I Seminário Municipal no Município de Moju, em 2008, com o tema Educação do Campo - trajetória e perspectivas locais;
- ✓ I Seminário Municipal no Município de Barcarena, em 2008, com o tema Educação do Campo como Melhoria de Qualidade de Vida e valorização da realidade local;
- ✓ I Seminário de Educação do Campo da região Tocantina-II, no Município de Abaetetuba, em 2007, com o tema Educação do Campo - saberes e Perspectivas no Baixo Tocantins;
- ✓ I diálogo sobre Educação do Campo do Baixo Tocantins, no Município de Moju, em 2008, com o tema Escola do campo - conquistando direitos, afirmando ideais. Esse deliberou a organização de reuniões Municipais de preparação dos Seminários Municipais e dos Ciclos de Formação continuada, em conjunto com as SEMED's e SEMEC's dos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Moju e Igarapé-Miri e as entidades dos movimentos sociais do Fórum;
- ✓ I Seminário Municipal de Educação do Campo no Município de Igarapé-Miri, e I Seminário Municipal de Educação do Campo no Município de Acara, ambos ocorridos em 2009;
- ✓ Pré-Fórum Mundial, no Município de Abaetetuba, em 2009;
- ✓ Participação no Fórum Social Mundial 2009, na Capital do Estado do Pará, Belém, com atividade autogestionada com o Tema Gestão das águas e educação ribeirinha;
- ✓ I Ciclo de Formação, no Município de Barcarena, em 2009, com a Temática Currículo e Escola do campo;
- ✓ II Seminário de Educação do Campo do Baixo Tocantins, no Município de Moju, em 2009, com o tema: Desenvolvimento Agrário e as Políticas Públicas em Educação do Campo etc;
- ✓ Seminário do Fórum regional do Campo da região Tocantina II – Tema: Questões agrárias, Movimentos Sociais e Educação. Dias 18 e 19/08/2016 em Igarapé-Miri;
- ✓ Seminário da Juventude do campo, na Associação Mutirão, no município de Igarapé-Miri no ano de 2017;
- ✓ Participação nas reuniões do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), em 2017;

Ao analisarmos a atuação do FORECAT II, percebemos que mesmos diante dos imensos desafios decorrentes de inúmeros fatores, temos avanços significativos no processo de legitimação da educação do campo na região do Baixo Tocantins de modo geral e, de modo mais restrito, no curso de Educação do Campo pela UFPA no Campus Universitário de Abaetetuba, ênfase desse escrito. No âmbito da região tocantina, ações de empoderamento, de reivindicação, de formação, de lutas por direitos marcam os enlances político-culturais dessa educação, dentre algumas situamos as coordenações do campo pelas Secretarias de Educação; a inserção do eixo (Educação do Campo) em vários Planos Municipais; a revitalização e atualização dos fóruns regionais e locais, entre outros. No âmbito da Licenciatura em Educação do Campo, são contrastantes as ações e concepções, as quais derivam práticas de fomento em pesquisa e extensão, o aumento do número de docentes e técnicos que atuam diretamente no curso; a intensificação e o aperfeiçoamento da abordagem de pedagogia da alternância na dinâmica acadêmica do curso. No entanto, todo esse arsenal de avanços e incentivos de ordem prática, não exime a necessidade de ajustes em muitas outras frentes, em especial quanto a implementação do currículo do curso etc.

Na visão da professora Maria Barbara da Costa Cardoso<sup>15</sup>, um dos significativos avanços são as formas coletivas de organização regional com vistas a efetivação das políticas de educação do campo. Ainda, segundo a professora somente com a pressão do fórum foi possível a criação de departamentos para atenderem a demanda do campo, por parte das secretarias municipais de educação, pois mesmo com o amparo legal se não houvesse o impulso do fórum seria mais uma ‘letra morta’, a lei. Outro aspecto também positivo diz respeito a execução de alguns programas que de alguma forma mudaram a visão do povo do meio rural e, também, a mentalidade e concepção dos profissionais de educação sobre a educação do campo, seus direitos e lutas perenes.

A professora destacou ainda que as inúmeras turmas de licenciatura em educação do campo, no campus de Abaetetuba, são avanços importantes, mesmo com a clareza política de que a gênese do curso ainda precisa ser aprimorada, mas está melhor do que há duas décadas atrás. Atualmente, os filhos de agricultores tem acesso ao ensino superior e, o fórum, configura-se uma instância colegiada, representativa e de deliberação frente às lutas que alicerçam as reivindicações no âmbito da Educação do campo, conseqüentemente

---

<sup>15</sup> A professora além de cursar a pós-Graduação a nível de Doutorado pela UFPA também atua como coordenadora pedagógica do colégio São Francisco Xavier. É integrante do GEPESED e militante da Educação do Campo, representante da SEMEC/Abaetetuba em fóruns regionais e estaduais.

atuam na organização, na proposição, na construção, e efetivação dessa educação na região tocantina.

Porém, há de se ressaltar que os estudantes da educação do campo em sua maioria desconhecem a existência dos fóruns regionais e estaduais e, muitos menos, a atuação destes. Especialmente, os estudantes da Licenciatura do Campus foi quase inexistente a participação como representantes das turmas nas reuniões do FORECAT II, talvez pela falta de militância ou de informação, ressaltando que a última presença de estudantes da licenciatura no FORECAT II foi no programa do Procampo. Sobre essa questão, a estudante Maria auxiliadora Silva Pimentel, pondera a falta de clareza sobre como deve acontecer esse tramite, pois

Eu aprendi que nessa modalidade de ensino, os egressos teriam que ter papel efetivo na participação dos movimentos sociais, mas isso não acontece no momento. O que percebo é a ausência de uma ação de militância, o que tem dificultado a efetividade da participação dos alunos, seja de qualquer turma na representatividade do fórum. Até nas discussões em sala de aula o que vemos são interesses individuais que vão na direção de concluir a graduação, mas sem nenhum compromisso político com os territórios rurais, isto é, não há momentos para se refletir, propor, debater, participar nas ações de cunho social em prol da educação do campo, em dimensão mais geral (Estudante da Licenciatura em Educação do Campo, 2018).

Particularmente, como estudante concluinte da Licenciatura em educação do Campo e, também com base também nas escritas e leituras realizadas, reafirmo a importância do FORECAT II, como instrumento de articulação frente às inúmeras ações desenvolvidas em prol da educação do campo de qualidade referenciada. São notórias que a pressão do movimento social fizeram apressar a implementação de várias ações de valorização da política educacional do campo e no campo, as quais por meio de suas articulações se alcançou que os gestores da educação atendessem algumas demandas da região, tais como, o diálogo mais participativo com o Fórum de Educação do Campo, a construção de uma agenda permanente envolvendo os movimentos sociais, as instituições de ensino e pesquisa, e as escolas do campo; o atendimento educacional e social vinculado a programas sob parcerias com o INCRA e o PRONERA, como exemplos citamos: A Licenciatura em Pedagogia das Águas, o curso de Licenciatura em educação do campo envolvendo três eixos de formação - PROCAMPO, além dos vários eventos, agendas coletivas e plenárias em ruas, cuja tema principal foi a garantia da Educação do

Campo, ações importantes para a sedimentação de uma política pública de educação do campo no Baixo Tocantins.

Tais ações ajudaram para um novo olhar para questões sociais dos povos do campo. Tais lutas foram fundamentais para que o Campus Universitário de Abaetetuba se colocasse diante das demandas da região, não somente com o ensino de graduação, mas o investimento em captação de recursos e, com isso, houvesse mais formação e professores atuando no contexto rural. Ajudou, nesse sentido o processo formativo de alguns docentes da UFPA e demais instituições bem como da militância dos movimentos sociais, ao assumirem em sala de aula, nas ruas e em assembleias o tratamento teórico e político de outras abordagens de valorização do potencial regional e do povo do campo, dando visibilidade as histórias, memórias, identidades, produções materiais e imateriais, costumes, saberes tradicionais que ao longo dos anos estiveram adormecidos. Sob o protagonismo das organizações e dos movimentos sociais, estamos vivenciando novos momentos de fluidez da educação do campo, que ainda carece de muito aprimoramento, tendo em vista os embates políticos, de participação, de falta de diálogo. Mas, alguma certeza nos aponta, a de que estamos em marcha, construindo um novo modelo de desenvolvimento educacional e social para a região no âmbito da vida humana, em territórios rurais.

### **Considerações Finais**

O FORECAT II vem efetivamente atuando no acompanhamento do curso de Licenciatura em Educação do Campo no Campus Universitário de Abaetetuba, desde as articulações com as entidades até no próprio acompanhamento acadêmico do curso. Durante os períodos letivos realizavam várias reuniões para avaliar o andamento do curso, as condições dos estudantes quanto a permanência abrangendo aspectos de hospedagem, alimentação, transporte, atividades acadêmicas e curriculares, rendimento acadêmico.

Outro ponto relevante e que foi alvo das discussões do fórum diz respeito a organização curricular e metodológica do curso no tocante ao tempo-comunidade o qual culmina com o Seminário Integrador onde, professores e alunos, apresentam e discutem as produções científicas. Nesse aspecto, podemos dizer que embora tivesse o acompanhamento do fórum, todas as turmas vem enfrentando dilemas e desafios em sua efetivação, que vão desde a falta de estrutura logística até o desenvolvimento das

atividades acadêmicas, como ressalva desse processo não houve o seu cumprimento de forma eficaz, acentuando a característica dessa formação.

Também, com a ampliação das turmas pela UFPA e a diminuição de recursos públicos o curso foi sendo reconfigurado tanto em termos acadêmicos quanto de acesso, inclusive a própria ação do fórum na gestão do mesmo sofreu alterações. Por parte da UFPA, houve a justificativa para a ampliação do curso em processo seletivo geral que estaria legitimando o mesmo dentro da demanda regional e do Campus, para além dos editais e programas específicos. Com esta institucionalização, as novas turmas ganham outros contornos epistemológicos do governo federal e da própria política do Campus. Passa a vigorar o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Desse modo tais fatores geraram outras adequações, formulações e, o FORECAT II, passa a ter pouca inserção na construção do projeto pedagógico do curso, ficando sua participação mais efetiva no tocante ao pertencimento do candidato ao curso com algum território rural, ou seja, para participar do curso é preciso ter vínculo com alguma comunidade tradicional e/ou algum tipo de relação com o contexto rural, bem como o acompanhamento quanto ao acesso e a permanência dos estudantes no curso.

O aumento da demanda de alunos e a captação de recursos por meio de edital específico do MEC, novos docentes e técnicos passaram a atender não somente o curso como também o próprio Campus, de modo geral. Decorrente disso, do aumento das turmas, impulsionou não só a criação da FADECAM como também um conjunto de profissionais mais tocados e envolvidos com esta licenciatura<sup>16</sup>. Novos grupos de pesquisas, novas abordagens de pesquisa e extensão, novas parcerias com entidades e órgãos em prol da melhoria do tempo-comunidade e da dinâmica curricular com um todo, novas experiências acadêmicas ganham força a partir deste curso, quando se observa os processos acadêmicos e políticos durante os anos de 2014 a 2017, dirigidos a Educação do campo, no Campus.

Agora, são processos acadêmicos e políticos alvo de críticas. Por exemplo, alguns membros de Movimentos Sociais questionam a forma como tem sido conduzida a Licenciatura em Educação do Campo no Campus, eles destacam que embora se tenha uma outra dinamicidade curricular no curso, ainda estamos distantes da educação conforme as utopias dos sujeitos que estão no movimento por uma educação do campo referenciada. Entendem que a formação dos alunos do campo precisaria ser de forma mais radical em

---

<sup>16</sup> Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo.

sua proposição curricular e acadêmica no sentido de fazer valer os princípios de educação do campo, traduzidas nas lutas e nas legislações referente a população tradicional da Amazônia paraense. Também, para algumas lideranças é preciso diversificar e ampliar a demanda de cursos nesta modalidade, com outros cursos que focalizem a realidade rural do Baixo Tocantins, abrangendo a agricultura familiar, a pesca, a agronomia, a educação ambiental e a agroecologia<sup>17</sup>; cursos com enfoques que ajudem no desenvolvimento do campo como enfatiza o presidente da Colônia de Pescadores Z-14 de Abaetetuba, Sr. Claudio Lobato Correa<sup>18</sup>:

Ter mais cursos envolvendo a educação do campo para nos seria melhor, porque até o momento estamos só vendo a área da educação que são professores para atuar na zona rural, mas acho que também é preciso o lavrador se formar, aprimorar seu saber sobre o trabalho da terra, o pescador com seu trabalho da pesca, porque tanto na pesca quanto na lavoura lidam com riscos e potenciais, com usos do solo e poluição. No caso da pesca ainda, tem a forma correta de capturar os peixes. E, grande parte dos lavradores, agricultores necessitam saber mais dessas questões, por isso é importante os filhos de lavradores e de pescadores aprenderem e aprimorem seu fazer no trabalho também dentro de universidade (Entrevista realizada em 2018).

Em síntese, o Fórum concretamente impulsionou consideravelmente as discussões com entidades governamentais sobre a demanda educacional, ocasionando a oferta do curso que reduz impactos sociais ao atender a comunidades até então excluídas do acesso ao ensino superior, no entanto muitas demandas ainda estão em marcha para o alcance de políticas públicas, por exemplo, com outros cursos para os trabalhadores do campo, agricultores, lavradores e pescadores como mencionamos anteriormente. Destacando a atenção e a abertura para estudantes, lideranças locais e docentes do Campus nas participações representativas nos Fóruns de Educação do Campo Regionais e Locais. Também, vem sendo realizado vários eventos com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil organizada (organizações e movimentos sociais), a fim de produzir reflexões acerca da temática da educação do campo. Aqui, podemos fazer destaque a II Jornada Nacional de Educação Básica do Campo e da cidade na Amazônia, sediada na cidade de Abaetetuba, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus de Abaetetuba, no ano de 2016. O evento focalizou as diversas realidades entre a cidade e o campo na região do Baixo Tocantins, congregando lideranças locais, estudantes e pesquisadores e, teve como objetivo mobilizar tais segmentos para a discussão

---

<sup>17</sup> Recentemente a FADECAM conseguiu aprovação do mais recente curso, Tecnólogo em Agroecologia.

<sup>18</sup> Também conhecido por Gito.

e definição de políticas públicas, além da reflexão de temas educacionais que contribuem para o fortalecimento da educação do campo e da cidade.

O diálogo permanente envolvendo vários segmentos dos movimentos sociais e organizações da educação pública vem motivando a discussão e reivindicações concernentes a Educação do Campo no Baixo Tocantins e, nesse sentido no município de Moju, em 2008, se discutiu o tema “Escola do campo - conquistando direitos, afirmando ideais”. No evento se deliberou sobre a organização de reuniões municipais de preparação dos Seminários Municipais e dos Ciclos de Formação continuada, em conjunto com as SEMED’s e SEMEC’s dos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Moju e Igarapé-Miri e as entidades dos movimentos sociais do Fórum.

Assim, posso dizer como estudante do Campus, integrante de movimento social e estudante de licenciatura em educação do campo que sei do enorme desafio dos movimentos sociais quanto ao processo de intervenção junto as instituições de ensino no que concerne as demandas da educação do campo. São lutas que emanaram ações efetivas no âmbito educacional regional, desde a criação do Campus até a efetivação de cursos que não favorecem tão somente a elite regional mas sim as camadas de trabalhadores da sociedade. Foi um marco histórico a inclusão da demanda quilombola, do pescador, do assentado, do ribeirinho com o acesso a uma Universidade pública. E, só foi possível também com a organização de diversos segmentos da sociedade civil, que juntos somaram forças e fizeram com que as instituições de ensino e pesquisa valorizassem não somente o conhecimento científico, mas deram abertura a outros conhecimentos por determinados grupos. Desse modo, as lideranças em suas atuações dentro dos movimentos sociais dirigem processos educativos que geram pessoas aguerridas, corajosas e compromissadas com interesses coletivos.

Hoje com todos os questionamentos percebo que a educação rural saiu da era dos grandes senhores feudais, proprietários ainda dos grandes postos de trabalho, cuja forma de atuar foi e ainda é, utilizando mão de obra barata e escravocrata como foi o caso dos engenhos de produção de cana de açúcar na fabricação da cachaça no município de Abaetetuba e, hoje estamos na ordem de educação do campo, protagonizada pelos sujeitos do campo, onde as instituições públicas passaram atender além dos filhos dessa burguesia, os filhos de analfabetos desse país. Porém, ressalta-se que mesmo com a atuação das intuições de ensino e de pesquisa, o caráter elitista e de preconceito com os movimentos

sócias ainda carece de mudanças significativas no âmbito da educação do meio rural brasileiro e, porque não dizer dentro da própria Universidade pública.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Saleti; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

ARROYO Gonzalez, Miguel; MANÇANO, Bernardo Fernandes. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo, Por uma educação básica do campo**.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Histórico: I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo: IN: KOLLING, Edgar Jorge; IRMÃO, Nery; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. Coleção Por uma Educação do Campo, nº, 1999.

BRASIL. Ministério da educação. **Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo: Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, caderno de subsídios**. MEC: Brasília, 2003.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra Aprende e Ensina: Estudos sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores**. Campinas: Autores Associados. 1999.

CALDART, Roseli Salette. **A Escola do Campo em Movimento, Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) Brasil**.

CARDOSO, Livia Resende. **Processos de Recontextualização no Ensino de Ciências de Escola do Campo: A visão de Professores do Sertão Sergipano, São Cristóvão-SE, fevereiro -2009**.

CALDART, Roseli Salette, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO Gaudêncio, **Dicionário da Educação do Campo** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE-2017)

JESUS, Adriana do Carmo de; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A Herança Colonial e as Implicações na Educação do Campo no Brasil**.

ROSA, Mirian, BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A luta dos Movimentos Sociais do Campo e as Demandas por Educação**.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980/ Douglas Estevam (assistente de pesquisa) 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.**